

ALQUIMIAS DA ESCRITA: ALFABETIZAÇÃO, HISTÓRIA, DESENVOLVIMENTO NO MUNDO OCIDENTAL DO ANTIGO REGIME¹

MAGALHÃES, Justino Pereira

Talita Luci Mendes Falcão²

Nada mais pertinente do que, a priori, fazermos uma breve menção sobre o autor do presente trabalho. O Professor Justino Pereira de Magalhães é Doutor em Educação (História da Educação), Diretor do Departamento de Pedagogia e Professor do Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho. Também foi coordenador da Secção de História da Educação da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação.

Na obra em tela, o autor relata estudos acerca da problemática da alfabetização e suas respectivas especificidades. O estudo, cuja abordagem historiográfica se faz presente em todos os momentos, permite a compreensão do fenômeno da alfabetização, remetendo-nos a uma reflexão sobre sua condição. Verifica-se, em determinados pontos, nítida comparação entre a história da alfabetização em Portugal e no Brasil.

O autor sistematiza os assuntos neste texto abordados, de maneira a elucidar, em um primeiro momento, o conceito de alfabetizado, sua abordagem historiográfica e antropológica. Na seqüência, discorre sobre a história e historiografia da alfabetização e, em um capítulo próprio, apresenta sua contribuição para a história da alfabetização, expondo resultados de estudo, por ele realizado, que enfatizou aspectos metodológicos da pesquisa histórica sobre alfabetização. Um estudo que elegeu a assinatura – um dos principais indicadores dos diferentes níveis de alfabetização – como objeto de pesquisa. Finalizando, o autor correlaciona história, alfabetização e desenvolvimento, verificando essa correlação em diferentes países, tais como: Portugal, Brasil, Alemanha, Suécia, Inglaterra, Itália, Espanha.

¹ Bragança Paulista, SP: Ed. USF, 2001.

² Aluna do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba.

Logo no primeiro parágrafo, do primeiro capítulo, Magalhães apresenta um juízo, cuja importância nos desperta, de plano, o interesse em continuar a leitura. O autor afirma que a escrita, seja no formato de alfabeto ou expressões gráficas, "constitui fator decisivo na história dos povos, das civilizações e da humanidade" (p. 9).

Mas é na modernidade/contemporaneidade que a evolução da escrita se revela fundamental no desenvolvimento de outras ciências. Se antes as bases elementares se apresentavam no ato de ler, escrever e contar, hoje, as exigências vão muito além dessas competências. Saber determinadas ciências e tecnologias, privilégios de poucos durante séculos, fazem parte, hoje, de um rol extenso de habilidades, as quais devemos dominar para não estagnarmos diante do constante desenvolvimento.

A UNESCO, fundada em 1945, passou a se preocupar com o elevado índice de analfabetos. Nas pesquisas realizadas, além da incapacidade para ler e/ou escrever pequenos textos, foi possível detectar uma nova categoria: a daqueles que, apesar de deterem tais conhecimentos, não eram capazes de aplicá-los em seu cotidiano. Vem daí a diferenciação entre analfabetismo e analfabetismo funcional.³

Nesse sentido, Magalhães afirma ser inaceitável a ausência da cultura escrita, um verdadeiro mal a ser combatido. Tal fenômeno envolve três fatores: a representação, a prática e a apropriação. A representação, se traduz na "aproximação à evolução dos códigos lingüísticos". A prática, "força o investigador a uma articulação crítica", mediante a avaliação das dimensões entre as manifestações de grupos sociais diferenciados e as trajetórias históricas das práticas "literárias". Já a apropriação "envolve um conhecimento dos processos de transferências de capacidades e conhecimentos para as situações do cotidiano". (p. 11-12)

Outro aspecto ressaltado pelo autor diz respeito à cultura escolar. Os esforços voltados à alfabetização concentravam-se na escola e no seu modelo pedagógico. Esse processo, no entender de Magalhães, não atendia os verdadeiros objetivos da educação de adultos, vista sua tendência a infantilizar a formação da referida demanda. Em contrapartida, após a Segunda Guerra Mundial, a alfabetização adequou-se às implicações econômicas e sociais, procurando enquadrar-se como instrumento de desenvolvimento.

Buscando compreender esse movimento, ao separarmos a formação escolar da formação profissional, encontramos os contrastes entre teoria e prática, articuladas às atividades produtivas e às relações de produção. Entende o autor que a formação escolar é capaz de interagir nas demais formações, já que a mesma apresenta a possibilidade da reflexão e crítica, apesar de não convertê-las em aptidões sociais.

Observa Magalhães que o processo de alfabetização não é uniforme, variando conforme a "natureza, as necessidades e as capacidades dos grupos sociais envolvidos".

3 Também conhecido por iletrismo, não se traduz, muitas vezes pela ausência de cultura escolar, mas pela sua insuficiente e inadequada aplicação.

Tomar como parâmetro apenas a alfabetização para avaliar o desenvolvimento econômico de uma nação, não pode levar à conclusão de que uma nação com alto nível de alfabetização seja mais desenvolvida que outra. É necessário avaliar, sobretudo, o contexto histórico-geográfico e sócio-cultural dos sujeitos envolvidos.

Quanto à história e historiografia da alfabetização, Magalhães inicia o segundo capítulo com uma problemática desafiadora: existiria apenas um tipo de alfabetização? Nos parágrafos subseqüentes, o autor preleciona que é possível encontrar diversos tipos de alfabetização, tais como a alfabetização cultural e a alfabetização informática. Esclarece ainda, que a alfabetização concebe a idéia de iniciação à habilitação de alguma linguagem, podendo ser letrada ou não.

Um ponto interessante salientado pelo autor encontra-se na assertiva "o desenvolvimento cognoscente do indivíduo opera-se por continuidade/descontinuidade face à realidade envolvente". (p. 55). Aprofundando-se nessas considerações, Magalhães afirma, que a continuidade do sujeito com o meio envolvente pode promover a superação das etapas que antecedem a simbolização, libertando-o das suas limitações e, principalmente, restabelecendo a comunicação.

Nesse mesmo diapasão, cabe mencionar a importância do processo de alfabetização. Magalhães, oportunamente, afirma que "o processo de alfabetização é um processo de mudança, num contexto também de mudança; não apenas muda a forma de o sujeito ler e representar o mundo, como a (re)leitura do mundo gera acções sobre esse mesmo mundo". (p. 57). Esse processo de interferência na leitura do mundo não é apenas técnico, mas também crítico e conscientizador, inferindo na realidade, com intuito de mudança.

O domínio da escrita esteve presente nas sociedades ocidentais do Antigo Regime, por meio da industrialização, capitalização, socialização, democratização, etc. A relação entre sujeito alfabetizado e desempenho de cargos políticos e religiosos, também apresentaram longa duração.

O grande desafio se encontra na compreensão da relação entre "encontro/desencontro", nas duas vias de comunicação: oral e escrita. Para a história da alfabetização, essa relação envolve dimensões lingüísticas, sociológicas e até mesmo pedagógicas, processo esse não linear ou universal. (p. 61).

Nesse entendimento, Magalhães resgata que, antes de escrever, o indivíduo aprende a falar e, em sua maioria, a aquisição da escrita vem ressentida do domínio da oralidade. Esse processo de aquisição, contudo, acontece de maneira lenta e desigual entre as sociedades de diferentes tradições. O método de alfabetização mais usual, até o final do Antigo Regime, era o da aprendizagem da leitura e posteriormente o da escrita, pois, para formar uma postura informada, segundo o entendimento da época, bastava, a pessoa, saber ler.

Em Portugal, durante o decurso do Antigo Regime, foi constatado que, independentemente do motivo (econômico ou não), "os pais retiravam os filhos da aprendizagem da leitura e da escrita, após um curto período de freqüência que lhes permitiria aceder a uma capacidade de leitura rudimentar e à assinatura do nome", o suficiente para ler pequenos textos e firmar alguns compromissos" (p. 74).

Relata, Magalhães, que a história da alfabetização em Portugal está, em grande parte, por fazer. Os primeiros estudos realizados nesse sentido (séc. XIX), cujo intuito se pautava em explicar e medir o fenômeno, eram dotados de uma visão positivista, ligados a um pensamento socialista e republicano, evidenciando as contradições do sistema público.

Frente a esses estudos, encontravam-se as propostas de iniciação à leitura e à escrita, revelando-se, entretanto, insuficientes, e pouco mobilizadoras. Apesar da iniciativa privada, e de programas específicos tentarem reverter a situação, ensinar ao povo a prática da leitura e da escrita não estabelecia a associação desse ato com a complexibilidade do cotidiano e com essenciais fatores de mudança.

Em 1878, o Censo de Portugal revelava a absurda realidade: 80% da população não sabiam ler, nem escrever. Magalhães revela que essa situação se estendeu até o final do século, quando o índice prevalecia pouco abaixo do constatado anteriormente: 70% da população encontravam-se nessa mesma condição.

A título de conhecimento, o autor compara os mesmos índices em outros países europeus. A Espanha apresentava uma população cujo percentual de alfabetizados era de 50%. A Inglaterra, antes da Primeira Guerra Mundial, tinha 100% das crianças em idade escolar alfabetizadas.

Face o acima articulado, pode-se dizer que o fenômeno da alfabetização, como o autor reafirma em diversos momentos da obra, apresenta irregularidades, somente compreendidas se conhecidas as circunstâncias históricas, os contextos culturais, os processos de alfabetização utilizados, ou seja, não há um fator determinante que nos permita generalizá-lo ou universalizá-lo.

Defronte a esses apontamentos, a obra apresenta um estudo metodológico com base na avaliação da representação sob a forma de assinatura. A primeira parte da pesquisa consistiu na busca de paróquias, preconizando os assentos de batismo, casamento e óbitos. Essa metodologia, conforme as considerações de Magalhães, "permite não apenas reconstruir os laços de parentesco e famílias, como ainda reconstruir o universo demográfico paroquial para cada momento da análise". (p. 88). Em um segundo momento, a investigação volta-se para o processo de aquisição da cultura escrita. Nesse instante, assevera o autor, é necessário reler o documento atentamente, trabalhar novas hipóteses e problemática. Estabelecido o local, o período e as hipóteses, a reconstituição nos traz, segundo Magalhães, muitos dados interessantes. Foi possível detectar, por exemplo, que um

caracter diferencial nos documentos analisados dizia respeito a uma questão de gênero: as mulheres raramente os assinavam.

Obtidas na organização e (re)leitura das bases de dados, as variáveis ligadas à problemática da alfabetização, não só permitem o alargamento das informações, mas também a elaboração de hipóteses explicativas, as comparações entre os resultados obtidos, sobretudo estabelecendo a possibilidade de uma macro-análise, em consonância com as raízes econômicas e sociais, mas evidentemente de forma gradativa.

Oportuno ressaltar, segundo o autor, que a opção metodológica depende das fontes de informação disponíveis. No caso específico de Portugal, a falta de conhecimento histórico sobre a alfabetização, conduziu à utilização do indicador acima exposto – assinatura – por se tratar de fonte segura. Também no tocante ao local, pode-se verificar sua especificidade – Paróquias –, pois, nos Arquivos Municipais, Distritais e Centrais, não foram encontrados dados tão relevantes quanto os das Paróquias. Tal alusão permitiu ao autor concluir que a Igreja controlava, naquela época, diversas relações sociais da comunidade.

De fato, as fontes fiscais, notariais e municipais passaram a ser, com o tempo, igualmente úteis. As fiscais possibilitam avaliar conjuntamente a questão dos rendimentos. As notariais são tão ricas em dados, quanto as paroquiais. As fontes municipais também propiciam vasta análise. Através de recenseamentos eleitorais, dos aforamentos, das solicitações em geral, é possível avaliar, por exemplo, as habilidades de escrita.

Em abono do acima exposto, Magalhães traz à baila ínclitos autores, cujo objetivo se apresenta no resgate dos apontamentos realizados pelos referidos, acerca da condição da alfabetização em específicas localidades, bem como o método pré-determinado, no caso, a assinatura. Fazem parte desse rol, Claude Larquié, que discorre sobre a situação em Madrid; Marie-Madeleine Compère, sobre a França; Marie-Christini Rodriguez, Jacques Soubeeyroux e Antonio Vinão Frago, todos sobre regiões espanholas; Emilia-Romagna e Daniele Marchesini, sobre a Itália; além de outros.

O método escolhido – assinatura – estende-se por vários níveis, variáveis, de acordo com os critérios adotados pelo pesquisador. Magalhães demonstra um modelo de análise de assinaturas, que consiste: Nível 1: não assinatura – indivíduos que não sabem escrever, muitas vezes tentam através de sinais, mas não podem ser considerados alfabetizados; Nível 2: assinatura imperfeita – letras mal elaboradas, possivelmente tenham sido apenas iniciados na alfabetização; Nível 3: assinatura normalizada – apresenta um nível mínimo de conhecimento de gramática, utiliza letras maiúsculas, preocupa-se com o alinhamento; Nível 4: assinatura caligráfica – as letras estão corretamente desenhadas, o gráfico reproduz flexibilidade do pulso e dedos; Nível 5 – assinatura pessoalizada – os traços são equilibrados, perfeitos e com marcas pessoais. A análise da assinatura, segundo o autor, traduz a capacidade “literácita”, mesmo que de forma rudimentar.

Outras escalas são observadas por Magalhães. A sócio-profissional, segundo o autor, revela um conjunto de perfis capazes de traçar uma comparação entre níveis de alfabetização e função sócio-profissional do indivíduo. Idade, função e rendimentos também fazem parte das variáveis obtidas nessa análise, cujo confronto resulta em dados mais específicos a respeito do nível de alfabetização. Todavia, é na escala da função sócio-administrativa que encontramos requisitos precisos de uma formação alfabética, formação essa apresentada como necessária para a ocupação do ofício.

Logo adiante, o autor retoma o tema do Antigo Regime, em Portugal, relacionando-o com os diferentes modelos (ou níveis) de alfabetização, sobretudo avaliando as riquezas materiais e desempenho de funções por sujeitos de uma comunidade, cujo intuito se resume em observar o desenvolvimento urbano e a diversidade cultural.

Ao finalizar seu trabalho, alguns modelos de alfabetização no mundo Ocidental são relatados oportunamente pelo autor. Na Suécia (modelo protestante-nórdico), a ênfase era na leitura, atendendo os interesses da Igreja Protestante e do Estado. A Prússia e os Estados Alemães (modelo prussiano-alemão) centraram-se, da mesma forma, na leitura, tanto por pressões político-religiosas, quanto pelo caráter nacionalista-bélico daqueles estados. Na Inglaterra (modelo inglês) também se observa a predominância da Igreja Protestante, porém com mobilização filantrópica. Uma forte aliança entre o Presbiterianismo e o poder político fez a Escócia (modelo escocês) obter um dos maiores índices de "homens" alfabetizados – perto de 90%. A França (modelo francês) apresentava diferentes taxas de alfabetização, que variavam de acordo com a região e estrutura sócio-profissional de cada uma delas. Na Espanha (modelo espanhol), as práticas de alfabetização eram semelhantes àquelas praticadas na França e Inglaterra; um amplo movimento de escolarização, denominado "revolución educativa", intensificou a procura de escolas por parte da população, multiplicando o número de alfabetizados.

Dessarte, foi possível constatar que a historiografia da alfabetização apresenta-se de forma multidimensional, o que requer atenta hermenêutica dos documentos e dados colhidos, vistos os diferentes acervos socioculturais.

O autor sabiamente menciona que a "escrita e por conseqüência o alfabetismo surgem deste modo como um meio e não como um fim em si mesmo" (p. 161), o que nos deixa a impressão, de que a alfabetização é um processo em constante construção, cujas dimensões podem ser avaliadas sob diferentes prismas.